

Panorama da Diplomacia Japonesa 2010 – Sumário

Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão

Panorama da Diplomacia Japonesa 2010

Sumário

Abril de 2010

Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão

Mensagem do Ministro das Relações Exteriores

No ano de 2009, o Japão passou por uma enorme transformação, que ocorreu devido a uma mudança de governo. Quando assumi o posto de Ministro dos Negócios Estrangeiros, enfatizei que considerava esta uma grande oportunidade, e que buscava realizar uma política externa baseada no entendimento e na confiança do povo japonês. Para alcançar este objetivo, elegi três princípios mais fundamentais: primeiro, entender a realidade local; Segundo, ao considerar as políticas públicas, sempre retornar às ideias mais básicas; e terceiro, estabelecer uma comunicação com o público de forma clara e compreensível. Este *Panorama da Diplomacia Japonesa 2010* recém-publicado tem o objetivo de registrar com precisão a situação internacional que cerca o Japão e os caminhos que a diplomacia japonesa percorreu em 2009, além de prestar contas ao público utilizando uma linguagem clara.

A comunidade internacional embarca em uma nova era de cooperação. Apesar disso, ainda enfrentamos diversos desafios globais, aos quais a comunidade internacional precisa reagir de forma conjunta. Estão incluídos nessa categoria o desarmamento e a não-proliferação nuclear, as mudanças climáticas, a pirataria, o terrorismo, a recuperação econômica global e a ajuda a países em desenvolvimento. Agora mais do que nunca, o Japão está sendo chamado a agir proativamente e a apresentar iniciativas, respondendo, dessa forma, às expectativas internacionais. À medida que o mundo se torna multipolar, uma das responsabilidades vitais do Japão passa a ser o engajamento ativo na reestruturação dos mecanismos de negociação de acordos internacionais. Além disso, para ter papel significativo na comunidade internacional, o Japão precisa cooperar com agências regionais e internacionais, assim como na esfera bilateral. O Japão vai continuar a desenvolver uma política externa ativa em 2010, reagindo aos vários desafios que a comunidade internacional enfrenta atualmente.

No *Panorama da Diplomacia Japonesa* deste ano, o Capítulo 1 (cujo título é “Situação Internacional e Diplomacia Japonesa em 2009”) analisa a situação internacional e os esforços diplomáticos japoneses durante aquele ano. Os Capítulos 2 e 3 (“Diplomacia Regional” e “A Política Externa do Japão nas Principais Questões Globais”, respectivamente) registram as atividades diplomáticas e a situação internacional em 2009. O Capítulo 4 (“Diplomacia Japonesa Aberta ao Público”), aborda o tema das empresas e cidadãos japoneses no exterior e os esforços empreendidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão para dar apoio a estes grupos. Além disso, discute as atividades do Ministério para aumentar a capacidade diplomática de forma abrangente, incluindo parcerias com as autoridades locais e o fortalecimento das estruturas de implementação diplomática.

Nesta nova era de cooperação internacional, estou determinado a desenvolver (com o comprometimento integral do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão) uma política externa que inspire as pessoas a ter esperança no futuro. Espero que este *Panorama da Diplomacia Japonesa* seja proveitoso para dar uma explicação clara sobre a situação internacional e a política externa japonesa, ajudando assim a executar uma política externa dinâmica, apoiada pela compreensão e pela confiança da nação.

Abril de 2010

Katsuya Okada
Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão

Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão

Índice

CAPÍTULO 1 – Visão Geral: Situação Internacional e Diplomacia Japonesa em 2009.....	5
CAPÍTULO 2 – Diplomacia Regional.....	10
1. Ásia e Pacífico.....	10
2. América do Norte.....	13
3. América Latina e Caribe.....	13
4. Europa.....	14
5. Rússia, Ásia Central e o Cáucaso.....	14
6. Oriente Médio e Norte da África.....	15
7. África.....	16
CAPÍTULO 3 – A Política Externa do Japão nas Principais Questões Globais.....	17
1. Esforços para Alcançar a Paz e Estabilidade do Japão e da Comunidade Internacional.....	17
2. Esforços pela Prosperidade do Japão e da Comunidade Internacional.....	19
3. Esforços para Promover o Entendimento e a Confiança com Relação ao Japão.....	21
CAPÍTULO 4 – A Diplomacia Japonesa Aberta ao Público.....	22
1. Fornecimento da Estrutura de Implementação Diplomática e Cidadãos Japoneses em Papéis de Destaque.....	22
2. Apoio à Cidadãos e Empresas Japonesas no Exterior.....	22
3. Fornecendo Informações ao Público e da Internacionalização da Sociedade Japonesa e de Regiões Locais.....	23

Todos os nomes de cargos de pessoas mencionadas nesta publicação, assim como todos os nomes de países, são baseados nas informações oficiais da data da ocasião ou evento referenciado no texto.

CAPÍTULO 1: Visão Geral

Situação Internacional e Diplomacia Japonesa em 2009

O Capítulo 1 analisa a política externa japonesa em 2009, reconhecendo a importância da análise de avanços específicos, com foco nas principais mudanças na ordem internacional desde a virada do século, objetivando avaliar o estado

atual da situação internacional e das relações exteriores do Japão, além de formar uma perspectiva precisa da era em que vivemos atualmente.

1. Mudanças nas Estruturas de Negociação Internacional

O mundo entrou em um período de transição na história com o fim da Guerra Fria em 1991. O conflito ideológico entre Oriente e Ocidente foi substituído por uma fórmula cada vez mais complexa e diversificada que norteia as relações internacionais atualmente. Além disso, a relativa importância de questões globais nas relações internacionais cresceu rapidamente com a globalização e os avanços nas tecnologias de comunicação. Tais alterações desencadearam mudanças nos fóruns globais em que a agenda internacional é discutida. Por exemplo, a reunião das nações industrializadas conhecida como G7 evoluiu para o G8, que inclui a participação da Rússia e reuniões com países convidados, organizadas como estruturas para o diálogo com chefes de governo da África e outras regiões.

Os últimos anos apresentaram uma ascensão dos países emergentes, sendo o exemplo mais claro os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), que tiveram um crescimento econômico notável, e atualmente representam uma parcela crescente da economia global. Enquanto a capacidade de crescimento dos países industrializados é limitada, a Ásia tem ganhado estatura como um centro de crescimento econômico, uma vez que os países asiáticos estiveram entre os primeiros a se livrar dos impactos da crise econômica e financeira global, e agora caminham para a recuperação. Já existem esforços em curso para reestruturar mecanismos de tomada de decisões e para a construção de consenso na comunidade internacional.

Nesse contexto, a realização da cúpula do G20 e a decisão de que suas reuniões seriam realizadas regularmente são alguns dos avanços notáveis ocorridos em 2009. Em resposta à crise financeira e econômica global, foram realizadas cúpulas do G20 em Washington D.C. em novembro de 2008, em Londres em abril de 2009 e em

Pittsburgh em setembro de 2009, com a participação das principais economias, incluindo nações emergentes e industrializadas. Essas reuniões de cúpula desempenharam um papel vital na reação conjunta contra a crise global através da coordenação de políticas públicas internacionais, incluindo o envolvimento das nações emergentes. Em Pittsburgh, os governos participantes determinaram que o G20 seria o fórum principal da cooperação econômica internacional e concordaram em realizar reuniões anuais. O G20 é uma estrutura internacional com uma maior amplitude de representação se comparado, por exemplo, com o G8, uma vez que inclui a participação de países emergentes. Os interesses individuais dos países participantes são muito mais diversificados e a efetividade do grupo como estrutura de discussão tende a variar de acordo com cada tema.

Na questão das mudanças climáticas, o interesse conflitante entre países resultou em interrupções ocasionais nas deliberações durante a 15ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP15), realizada em dezembro. Além das disputas tradicionais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, tornaram-se evidentes as diferenças dentro do grupo de países em desenvolvimento, e entre países-ilha, que são os mais vulneráveis aos danos causados pelo aumento do nível do mar em decorrência do aquecimento global, e as nações emergentes, convocadas para assumir novas responsabilidades. Embora o Acordo de Copenhague, que será a base do marco legal futuro, tenha sido finalmente alcançado através de negociações entre líderes dos principais países, sua adoção não foi unânime e a ocasião trouxe à frente a dificuldade de se construir um consenso internacional em questões que envolvem um emaranhado de complexos interesses nacionais.

2. Avanços na Cooperação Regional

Com o advento do século XXI, as relações internacionais se tornaram cada vez mais complicadas e diversificadas. Embora a globalização ainda seja um fenômeno em curso, existe uma tendência à cooperação e integração em nível regional na tentativa de aumentar a presença e competitividade desses grupos. A ampliação e enriquecimento da União Europeia (UE), os esforços em ritmo acelerado da Associação das Nações do Sudeste Asiático – ASEAN (*Association of South East Asian Nations*) pela formação de um bloco regional, o estabelecimento da União Africana (UA), e a propagação de acordos de livre comércio em diferentes regiões são alguns poucos exemplos dessa tendência.

Recapitulando os avanços ocorridos em 2009, o Tratado de Lisboa, que alterava o Tratado básico da União Europeia, entrou em vigor em dezembro. Esse acordo enriquece a integração institucional da Europa através de medidas tais como o estabelecimento de cargos estratégicos, incluindo o de Presidente do Conselho Europeu e o

de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, como as “faces” da UE.

O Japão quer contribuir ativamente para o fortalecimento da cooperação regional. O Primeiro-Ministro Yukio Hatoyama apresentou uma iniciativa pela criação de uma “Comunidade do Leste Asiático” com objetivos de longo prazo, e defendeu um avanço sólido por uma cooperação regional aberta e transparente nas áreas de comércio e investimentos, finanças, meio ambiente, educação, atividades para promover a “subsistência e cultura” e em outras áreas em que tal tipo de cooperação seja possível. O Japão presidirá as reuniões da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation*) em 2010 e vai buscar alcançar esforços coordenados para garantir o sucesso da APEC e a criação de uma nova visão para a região da Ásia e do Pacífico, em íntima coordenação com os Estados Unidos, que presidirão a reunião da APEC em 2011.

3. A Expansão do Papel de Atores Não-Governamentais

O papel de atores não-governamentais que atuam nas fronteiras internacionais cresceu significativamente no mundo pós-Guerra Fria, impulsionado pela revolução da informação aliada a inovações nas tecnologias de comunicação. Em particular, a globalização da economia ampliou o papel de organizações não-governamentais (ONGs) e a influência das instituições. A presença de instituições financeiras de alcance mundial que estavam ampliando cada vez mais suas operações nas fronteiras internacionais nos últimos anos foi um elemento importante no contexto da crise

financeira e econômica global que ocorreu recentemente.

Em reconhecimento do papel das ONGs na área das mudanças climáticas, oficiais dessas instituições foram convidados a integrar a delegação governamental japonesa pela primeira vez na reunião da COP15 em dezembro de 2009. Conforme se expande o papel das ONGs na forma com que lidamos com questões internacionais, a colaboração entre o governo e essas organizações se tornará cada vez mais importante.

4. A Chegada de uma Nova Era de Cooperação

O advento do século XXI é marcado por uma necessidade cada vez mais evidente de que a comunidade internacional trabalhe em íntima cooperação para lidar com assuntos globais como as mudanças climáticas.

Em 2009, a comunidade internacional entrou em uma nova era de cooperação, caracterizada por uma expectativa elevada de esforços internacionais concertados para enfrentar os desafios globais. A posse do Presidente Barack Obama foi um dos elementos que contribuiu para isso. De todas as questões globais, algumas de particular notabilidade são as mudanças climáticas e o desarmamento e não-proliferação nuclear.

(1) Mudanças Climáticas

As Mudanças Climáticas são uma ameaça

à humanidade. Nenhum país pode resolver o problema sozinho, mas a questão exige esforços concertados da comunidade internacional. É preciso estabelecer uma estrutura internacional que inclua não só os países industrializados, mas outros países essenciais, como as nações emergentes que têm emitido uma quantidade cada vez maior de gases de efeito estufa ao longo dos últimos anos. Debates intensos foram realizados durante a COP15 em dezembro a respeito do estabelecimento do próximo quadro de trabalho para 2013 e o período posterior. Por fim, a conferência alcançou algum grau de progresso, considerando que as consultas de cúpula e as deliberações iniciais resultaram na elaboração do “Acordo de Copenhague”.

Durante a Assembleia-Geral das Nações

Unidas em setembro, o Primeiro-Ministro Hatoyama anunciou uma meta ambiciosa de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 25% até 2020 em comparação com os níveis de 1990, fundamentada na formação de uma estrutura internacional justa e efetiva formada por todas as economias principais e com um acordo de metas ambiciosas para cada uma delas. Além disso, na mesma Assembleia-Geral, o Primeiro-Ministro lançou a “Iniciativa Hatoyama”, dedicada a fornecer assistência a países em desenvolvimento. Detalhes sobre esse programa foram apresentados na COP15. Segundo essa Iniciativa, o Japão fornecerá assistência aos países em desenvolvimento no valor total de cerca de US\$15 bilhões até 2012, incluindo 11 bilhões em financiamento público. O Primeiro-Ministro Hatoyama também participou ativamente das negociações na COP15 e contribuiu para a formulação do Acordo de Copenhague. O Japão continuará a cooperar com outros países, exercendo um papel de liderança e abraçando a iniciativa de realizar negociações internacionais para assegurar a adoção de um novo documento legal que estabeleça um quadro de trabalho internacional justo e efetivo na COP16 que será realizada no México em 2010.

(2) Desarmamento e Não-Proliferação Nuclear

O ano de 2009 presenciou um aumento expressivo das aspirações internacionais pelo desarmamento e não-proliferação nuclear, tendo como fonte de inspiração o discurso do Presidente Obama, em abril, pedindo um “mundo livre de armas nucleares”. O Japão trabalhou consistentemente pelo desarmamento e não-proliferação nuclear por considerar esses objetivos prioridades na melhoria do ambiente de segurança e na conquista da paz mundial. Em 2009, o Japão desempenhou um papel de liderança na

manutenção e fortalecimento do regime internacional de desarmamento e não-proliferação nuclear com base no Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Em setembro, a Cúpula do Conselho de Segurança da ONU discutiu o Desarmamento e a Não-Proliferação Nuclear pela primeira vez na história, e o Primeiro-Ministro Hatoyama esteve presente na ocasião representando o Japão. A reunião resultou na adoção da Resolução 1887 do Conselho de Segurança, que trata de diversos elementos, incluindo desarmamento e não-proliferação de armas nucleares, o uso pacífico da energia nuclear e a segurança nuclear (ou seja, medidas de prevenção contra o terrorismo nuclear). O Japão também tem reforçado suas ações nessas áreas. Em dezembro, a Resolução Preliminar sobre Desarmamento Nuclear que o Japão vinha submetendo à Assembleia-Geral da ONU todos os anos foi, por fim, adotada por uma maioria expressiva. Os Estados Unidos, que vinham se opondo à proposta pelos últimos oito anos, decidiram apoiar a resolução como país copatrocinador. No mesmo mês, Yukiya Amano, o Embaixador encarregado de questões relativas à Não-Proliferação e Energia Nuclear, assumiu o cargo de Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, sendo o primeiro japonês e o primeiro asiático a assumir tal responsabilidade.

Uma cúpula sobre segurança nuclear e uma conferência de revisão do TNP estão agendadas para 2010, o que faz com que o ano seja muito importante em termos da consolidação desse ímpeto em busca de um “mundo livre de armas nucleares”. O Japão pretende desempenhar um papel significativo no desarmamento e não-proliferação nuclear através de discussões mais intensas com os países envolvidos.

5. Diferentes Fontes de Ameaças de Segurança

Uma mudança notável no ambiente internacional após o fim da Guerra Fria foi o aumento na incidência do terrorismo e da pirataria internacional. Em 2009, o Japão, em resposta à ameaça do terrorismo, continuou a fornecer assistência ao Afeganistão e Paquistão e a implementar medidas para lidar com a questão da pirataria, que se tornou um foco de atenção como um problema que afeta toda a comunidade internacional, devido ao crescente número de casos verificados na área próxima à costa da Somália e no Golfo de Áden.

Além das ameaças convencionais à segurança, que continuam existindo, também encaramos o surgimento de situações em que as relações internacionais tradicionais que norteiam as interações entre países não foram capazes de funcionar efetivamente. Subsequentemente, a comunidade internacional respondeu ativamente a

ameaças como a questão do programa de desenvolvimento nuclear do Irã, além dos testes nucleares e dos mísseis atirados pela Coreia do Norte, que são graves ameaças à segurança do Japão.

(1) Respondendo à Ameaça do Terrorismo

O governo afegão e a comunidade internacional têm cooperado nos esforços para erradicar o terrorismo no Afeganistão. Contudo, como se pode notar na região que faz fronteira com o Paquistão, a situação de segurança do Afeganistão continua precária. Em vista dessas circunstâncias, a comunidade internacional tem fornecido sua assistência e o governo Obama anunciou sua nova estratégia em dezembro, prometendo reforços militares com o objetivo de transferir mais responsabilidade para o Afeganistão, aumentando a assistência civil e a colaboração com

o Paquistão. Essa iniciativa foi seguida por outros 25 países, incluindo os países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, que anunciaram sua intenção de enviar mais forças militares.

Objetivando contribuir ativamente com os esforços pela resolução dos problemas do Afeganistão e do Paquistão, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Katsuya Okada viajou a ambos os países em outubro, imediatamente depois de sua nomeação em setembro. Ele visitou locais onde projetos de assistência são realizados para compreender melhor que tipo de assistência se faz necessária. Com base nessa visita ministerial de novembro, o Japão anunciou sua “Nova Estratégia para Combater a Ameaça do Terrorismo”. O Japão anunciou sua intenção de fornecer uma assistência ao Afeganistão da soma de US\$5 bilhões dentro de um período de 5 anos, começando em 2009, no qual as principais áreas de assistência são a melhoria da capacidade do Afeganistão em manter sua própria segurança, a reintegração de ex-soldados talibãs e um desenvolvimento sustentável e autossuficiente para superar desafios. Quanto ao Paquistão, durante a Conferência de Doadores do Paquistão, realizada em Tóquio, em abril, o Japão prometeu fornecer uma assistência de até US\$1 bilhão ao longo dos próximos dois anos, além de confirmar que vai implementar essa assistência por completo dentro da Nova Estratégia mencionada anteriormente, que foi lançada em novembro. A reunião de abril obteve sucesso em levantar US\$5 bilhões em apoio financeiro de países e instituições participantes, uma quantidade que excedeu em US\$4 bilhões o que havia sido solicitado pelo governo paquistanês.

Embora os países continuem a apoiar os esforços antiterrorismo e de auxílio internacional para o Afeganistão e Paquistão, uma tentativa de explodir um avião norte-americano ocorreu em dezembro. Descobriu-se que o suspeito havia recebido treinamento no Irã, trazendo a atenção da comunidade internacional para esse país de um ponto de vista da luta antiterrorismo. Duas conferências internacionais foram realizadas em Londres em janeiro de 2010: uma sobre o Afeganistão e outra sobre o Irã. Esses avanços indicam como a luta antiterrorismo continua sendo uma prioridade urgente da comunidade internacional.

(2) Medidas para Combater a Pirataria na Costa da Somália

Devido à falta de um governo que exerça controle efetivo sobre todo o território da Somália, houve um grande aumento ao longo dos últimos anos no número de piratas e ataques a navios que viajavam pelo Golfo de Áden e nas proximidades da costa da Somália, um caminho crucial para as rotas marítimas. Para acabar com esses atos de pirataria, os países relevantes deslocaram embarcações marítimas para escoltar navios comerciais que viajavam por essa rota.

Além das medidas antipirataria executadas pelas Forças de Autodefesa do Japão e pela Guarda Costeira Japonesa, o Japão também se engajou em esforços em diversas esferas tais como na assistência para ajudar a estabilizar a situação da Somália, que é a fonte dos problemas de pirataria, assim como na melhoria das capacidades de policiamento marítimo das nações vizinhas. O Japão está desempenhando um papel importante na cooperação internacional nessa área, por exemplo, presidindo, em setembro, a 4ª reunião do Grupo de Contato sobre a Pirataria frente à Costa da Somália, que foi estabelecido em janeiro como parte da estrutura de cooperação internacional baseada em uma resolução do Conselho de Segurança da ONU.

(3) Coreia do Norte

Os testes nucleares e mísseis atirados pela Coreia do Norte desestabilizaram o ambiente de segurança em torno do Japão em 2009.

Embora as nações relevantes, incluindo o Japão, tenham pedido que a Coreia do Norte suspendesse essas atividades, o país realizou um teste de mísseis à força em abril e conduziu um teste nuclear em maio. O Japão protestou imediatamente contra essas ações por parte da Coreia do Norte. Seguindo o teste de mísseis em abril, o Conselho de Segurança da ONU adotou uma declaração presidencial no mesmo mês. Em resposta ao teste nuclear de maio, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 1874 em junho, condenando a Coreia do Norte. Em reação a essas medidas tomadas pela comunidade internacional, a Coreia do Norte resolveu tomar uma postura provocativa através de ações como o lançamento de diversos mísseis balísticos em julho.

Buscando uma desnuclearização verificável e irreversível da Coreia do Norte, o Japão realizará consultas íntimas nas Negociações entre Seis Partes (*Six-Party Talks*) com os países relevantes e implementará medidas com base nas resoluções do Conselho de Segurança da ONU, além de medidas de sua própria iniciativa.

(4) Irã

Juntamente com a Coreia do Norte, o programa de desenvolvimento nuclear do Irã se tornou um foco de atenção da comunidade internacional em 2009. O governo Obama tomou posse em janeiro com a intenção de resolver a questão através de um diálogo com o Irã. Porém, em setembro, descobriu-se que o Irã estava construindo uma nova instalação de enriquecimento de urânio. Em outubro, as conversas entre o Irã e a UE-3 (Reino Unido, França e Alemanha) +3 (Estados Unidos, Rússia e China) foram retomadas pela primeira vez no período de um ano. Durante essas conversas, alegou-se que as partes haviam chegado a um acordo em relação ao transporte de urânio levemente enriquecido para fora do Irã mas nenhum progresso foi obtido em seguimento à

reunião, e a situação permanece imprevisível.

Como membro da comunidade internacional, o Japão continua a tentar negociar com o Irã, baseando-se em nossa relação singular

com o país, objetivando chegar a uma resolução diplomática da questão em consultas íntimas com os países envolvidos.

6. Sumário

Conforme descrito neste capítulo, o ambiente de segurança em torno do Japão continua a apresentar elementos incertos e instáveis mesmo depois da Guerra Fria. Para manter a paz e segurança e, ao mesmo tempo, melhorar suas próprias capacidades de defesa, o Japão deve manter a aliança Japão – EUA como base fundamental de sua política externa e aprofundá-la ainda mais como um bem comum não só para a defesa do Japão, mas também para a paz e prosperidade da região da Ásia e do Pacífico. A partir dessa perspectiva, olhando para os próximos 30 a 50 anos, e no esforço para reafirmar o papel desempenhado pela Aliança Japão – EUA, durante uma reunião realizada no Havaí em janeiro de 2010 para marcar o 50º aniversário da assinatura do Tratado de Segurança e Cooperação Mútua entre Japão e Estados Unidos, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão e a Secretária de Estado dos Estados Unidos concordaram em iniciar um processo de consultas para aprofundar ainda mais a aliança Japão – EUA.

Nos dias de hoje e na era atual, a comunidade internacional tem sido confrontada com uma série de questões globais. O Japão deve estar à altura das expectativas mundiais, desempenhando um papel mais ativo e assumindo liderança nos esforços para resolver essas questões. Isso exige uma política externa sólida, apoiada pelo entendimento e pela confiança da nação.

Desse ponto de vista, no dia de sua posse, no mês de setembro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Okada ordenou uma investigação da controvérsia sobre os chamados “acordos secretos”. Em 9 de março de 2010, os resultados dessa investigação foram lançados juntamente com um relatório do Comitê de Especialistas. O Ministério, então, com base nesse exercício, buscará ganhar novamente a confiança do Japão quanto à forma com que o país conduz sua política externa e desempenha uma diplomacia que esteja sempre ao lado de seu povo.

CAPÍTULO 2

Diplomacia Regional

1. A Ásia e o Pacífico

A conquista da prosperidade, estabilidade e abertura na região da Ásia e do Pacífico é indispensável para a prosperidade, paz e segurança do Japão. Por esse motivo, é importante promover uma diplomacia proativa e frente a frente com a Ásia, baseada nas sólidas relações entre Japão e Estados Unidos, e que tenha uma visão de longo prazo para levar adiante a iniciativa pela criação da Comunidade do Leste Asiático.

Sendo o principal pilar dos esforços diplomáticos do Japão na Ásia, a Comunidade do Leste Asiático objetiva construir uma comunidade regional no Leste Asiático através de uma cooperação regional que seja aberta e altamente transparente ao mesmo tempo. Essa iniciativa tem como ponto de partida áreas realizáveis como comércio e investimentos, finanças, meio ambiente, energia, assistência em desastres, educação, intercâmbios entre pessoas, controle de doenças infecciosas, etc. Nesse processo, o Japão pretende utilizar as estruturas existentes de cooperação regional de forma flexível e em diversos níveis, incluindo a Cúpula do Leste Asiático – EAS (*East Asia Summit*), a Associação das Nações do Sudeste Asiático – ASEAN +3 (*Association of Southeast Asian Nations*), que inclui Japão, China e República da Coreia (Coreia do Sul), o Fórum Regional da ASEAN – ARF (*ASEAN Regional Forum*), e a APEC. Ao invés de concentrar-se excessivamente na questão sobre que país deveria integrar qual quadro de trabalho, acreditamos ser importante para o Japão desempenhar com solidez uma cooperação concreta junto aos países que estiverem preparados para isso, desenvolvendo, assim, redes de comunidades funcionais em diversos níveis. O Primeiro-Ministro Hatoyama explicou essas ideias em um discurso realizado em Singapura, em novembro, sobre as políticas do Japão para a Ásia. Como exemplos de áreas de enfoque para o futuro imediato, ele citou a “cooperação pela prosperidade conjunta”, a “cooperação para salvar o meio ambiente na Ásia”, a “cooperação para a proteção de vidas humanas”, a “cooperação para construir um 'mar de fraternidade'”, além de intercâmbios entre pessoas tais como o intercâmbio de jovens. O Japão está determinado a aprofundar sua cooperação com a Ásia nessas áreas durante os próximos anos.

Um dos aspectos mais salientes da Ásia é sua força econômica. Com a ASEAN+6 (Japão, China, Coreia do Sul, Índia, Austrália e Nova Zelândia) e a APEC representando 23% e 53% do

PIB mundial respectivamente, e considerando que esses dados continuam crescendo, a região chama a atenção pública como “o centro de crescimento do mundo”. A recuperação econômica nas economias emergentes da Ásia em seguimento à crise financeira e econômica mundial, além de outros fatores, ajudaram a impulsionar a economia global. Além disso, como resultado do crescimento econômico, espera-se que a região passe por um aumento expressivo em sua população de classe média. Se o Japão quiser continuar com seu sólido crescimento apesar do envelhecimento de sua população e do declínio de sua taxa de natalidade, é importante promover um desenvolvimento dinâmico na Ásia utilizando fundos, tecnologias e conhecimentos japoneses, fazendo com que o aumento expressivo da “demanda interna da Ásia” se traduza em crescimento para o Japão. Enquanto a integração regional tem alcançado avanços na economia real, diversos obstáculos e barreiras ao crescimento e à integração regional permanecem. Assegurar a facilitação do fluxo de pessoas, bens e capitais, e contribuir para a redução e eliminação de barreiras ao crescimento através de medidas como o desenvolvimento de infraestrutura, são ações que beneficiarão grandemente o Japão, a Ásia e o mundo inteiro.

Enquanto isso, emergiram desafios regionais comuns como as mudanças climáticas e o meio ambiente, desastres naturais, e a gripe H1N1. Ademais, como observado no caso do teste nuclear e dos mísseis lançados pela Coreia do Norte em 2009, o ambiente de segurança regional em que se insere a Península da Coreia permanece imprevisível. Sob tais circunstâncias, a presença dos Estados Unidos na Ásia desempenha um importante papel para assegurar a paz e prosperidade da região, incluindo para o Japão. Essa é a principal razão pela qual o Japão continua a considerar a aliança Japão – EUA a pedra fundamental da política externa japonesa. A iniciativa pela criação da Comunidade do Leste Asiático também pressupõe essa aliança bilateral. Nesse contexto, o Japão vai promover com vigor a cooperação regional através da intensificação de sua aliança com os Estados Unidos, a qual baseia-se em uma ênfase maior na região da Ásia e do Pacífico, e através do fortalecimento de seu envolvimento na região.

As relações com nossos países vizinhos, especificamente a Coreia do Sul e a China, são muito importantes. O Japão, a China e a Coreia do

Sul pretendem fortalecer suas relações em todas as instâncias, incluindo nos níveis de ministros das relações exteriores e de reuniões de cúpula, além de promover a cooperação em áreas como meio ambiente, economia e intercâmbios universitários, aproveitando oportunidades como as reuniões de cúpula trilateral.

O Japão atribui particular importância à ASEAN e sua cooperação regional na Ásia. O bloco defendeu “aumentar a conectividade da ASEAN” durante a 15ª Reunião de Cúpula realizada na Tailândia em outubro de 2009, acelerando, com isso, os esforços em torno de uma maior integração com o objetivo de estabelecer uma Comunidade da ASEAN até 2015. Com base no entendimento de que uma ASEAN mais intimamente integrada funcionando como polo de cooperação regional é importante para a prosperidade e estabilidade do Japão, da ASEAN e de todo o Leste Asiático, o governo japonês anunciou durante a 12ª Cúpula Japão – ASEAN, realizada naquele mesmo mês, seu comprometimento ativo com medidas pela diminuição das lacunas de desenvolvimento e pelo aumento da conectividade. Além disso, durante a Primeira Reunião entre Chefes de Governo do Japão e dos Países da Região do Mekong, realizada em Tóquio, em novembro, foram anunciadas iniciativas nas áreas de desenvolvimento, meio ambiente, mudanças climáticas, etc. objetivando diminuir as lacunas regionais, um dos maiores desafios para promover a integração da ASEAN. Tais iniciativas foram diligentemente colocadas em ação.

Na área de parcerias econômicas, uma rede de Acordos de Livre Comércio – FTA (*Free Trade Areas*) está se desenvolvendo em torno do centro da ASEAN. Em 2008, o Acordo de Parceria Econômica Abrangente entre ASEAN e Japão – AJCEP (*ASEAN – Japan Comprehensive Economic Partnership*) entrou em vigor, sendo o primeiro acordo multilateral desse tipo no Japão. Além disso, nas reuniões de cúpula relacionadas à ASEAN, que ocorreram em outubro, decidiu-se analisar a proposta de um Acordo de Livre Comércio do Leste Asiático – EAFTA (*East Asian Free Trade Agreement*) englobando os membros da ASEAN+3, e a proposta da Parceria Econômica Abrangente do Leste Asiático – CEPEA (*Comprehensive Economic Partnership in East Asia*) englobando os membros da EAS (ASEAN+6). Estas deveriam passar dessa fase de Nível Dois para um estágio intergovernamental.

Durante a 17ª Cúpula da APEC realizada em Singapura, em novembro, os líderes da APEC adotaram uma declaração intitulada “Um Novo Paradigma de Crescimento pela Conectividade da Região da Ásia e do Pacífico no Século XXI”. Na declaração, os líderes da APEC concordaram em buscar um crescimento sustentável inclusivo e equilibrado para assegurar uma recuperação econômica duradoura. Eles também concordaram em explorar, dentro da estrutura da APEC, a construção de blocos para uma possível Área de

Livre Comércio da Ásia e do Pacífico – FTAAP (*Free Trade Area of the Asia – Pacific*) no futuro.

As relações bilaterais funcionam como a base dessa cooperação regional e são um pilar vital da diplomacia japonesa na Ásia. A Coreia do Sul é o país geograficamente mais próximo do Japão e um importante país vizinho com o qual o Japão tem relações extremamente próximas em diversas áreas, incluindo política, economia e cultura. A Coreia do Sul, assim como o Japão, é uma aliada dos Estados Unidos, e também compartilha com o Japão valores básicos como liberdade, democracia e direitos humanos fundamentais. Encarando sua história com sinceridade, o Japão vai ampliar as relações voltadas para o futuro com a Coreia do Sul através de uma parceria madura incluindo abordagens como a “diplomacia de ponte aérea”. Alguns dos diversos eventos bilaterais de cúpula realizados em 2009 foram a Cúpula Japão – Coreia do Sul, realizada na Coreia do Sul em janeiro, uma Reunião de Cúpula realizada em Nova York em setembro, logo depois da posse do novo governo, e as Conversações de Cúpula durante a visita do Primeiro-Ministro Hatoyama à Coreia do Sul em outubro, que foi sua primeira viagem oficial ao exterior. Em termos econômicos, ambos os países continuam sendo importantes parceiros, com a Coreia do Sul sendo o terceiro maior parceiro comercial do Japão (e o Japão sendo o segundo maior parceiro comercial da Coreia do Sul). Para fortalecer ainda mais as relações bilaterais de proximidade entre os dois países, o Japão continuará seus esforços pela retomada das negociações do Acordo de Parceria Econômica Japão – Coreia do Sul.

No contexto de seu rápido crescimento econômico, a China tem uma presença política e econômica elevada na comunidade internacional, incluindo no Leste Asiático. O desenvolvimento sólido da China em harmonia com a comunidade internacional oferece oportunidades para o Japão e outros países da região; portanto, espera-se que a China desempenhe um papel mais responsável na arena internacional. Em 2009, o Japão continuou a realizar Reuniões de Cúpula com a China em diversas ocasiões, incluindo várias conferências internacionais, assegurando, com isso, uma comunicação mais íntima entre os líderes dos dois países. Os líderes da China e do Japão também concordaram em trabalhar em conjunto para resolver os diversos assuntos pendentes enfrentados pela região e pela comunidade internacional de forma a ampliar ainda mais e ajudar a materializar a “Relação Mutuamente Benéfica baseada em Interesses Estratégicos Comuns”. Em paralelo, existe uma necessidade de esforços contínuos com relação às preocupações que envolvem os dois países, incluindo a segurança dos alimentos e o desenvolvimento de recursos no Mar do Leste da China.

Quanto às relações do Japão com a Mongólia, foram realizadas duas reuniões entre Ministros das Relações Exteriores dos dois países,

além das conversações da Cúpula Japão – Mongólia realizadas em Tóquio, no mês de julho. Através dessas medidas, foram feitos esforços para fortalecer ainda mais as relações bilaterais baseadas na confiança, através de ativos diálogos de alto nível. Além disso, como parte de uma proposta para ampliar as relações econômicas entre os dois países, uma das principais questões bilaterais, o Japão e a Mongólia também tomaram os passos necessários para estabelecer uma “Parceria Abrangente” que inclui a conclusão de um acordo para realizar consultas intergovernamentais de nível operacional para dar início a análises conjuntas nas esferas público e privada quanto a realização de acordos de parceria econômica – EPAs (Economic Partnership Agreements).

Quanto à Coreia do Norte, a política básica do Japão é buscar normalizar suas relações com o país através de uma resolução abrangente dos preocupantes assuntos pendentes, incluindo a questão dos sequestros e as questões nucleares e de mísseis, além da resolução do passado de infortúnios entre as duas partes, de acordo com a Declaração de Pyongyang Japão – Coreia do Norte. Segundo essa política, o Governo do Japão tem realizado seus esforços mais intensos para alcançar progressos tanto na desnuclearização da Península da Coreia como nas relações bilaterais entre Japão e Coreia do Norte, incluindo na questão dos sequestros.

Nesse contexto, a Coreia do Norte lançou um míssil em abril, desafiando os pedidos do Japão e de outros países relevantes para que esses planos fossem abandonados. Além disso, a Coreia do Norte também conduziu um teste nuclear em maio. O Japão protestou imediatamente contra as ações absolutamente intoleráveis por parte da Coreia do Norte. O Japão está comprometido a trabalhar em proximidade com outros países relevantes através das Negociações entre Seis Partes, objetivando que a Coreia do Norte abandone seus programas nucleares de maneira verificável e irreversível o quanto antes. Ao mesmo tempo, o Japão buscará implementar com vigor medidas baseadas nas Resoluções do Conselho de Segurança da ONU, além de medidas de sua própria iniciativa. Com relação à questão dos sequestros, apesar dos repetidos pedidos do Japão para que a Coreia do Norte lançasse uma investigação minuciosa sobre os sequestros, conforme acordado nas Consultas Técnicas Japão – Coreia do Norte em agosto de 2008, a Coreia do Norte ainda não iniciou as investigações (informação de fevereiro de 2010). E, ao mesmo tempo em que mantém uma íntima cooperação e colaboração com outros países envolvidos através das Negociações entre Seis Partes e de outras oportunidades diplomáticas, o Japão também pretende se engajar com sinceridade em conversas bilaterais com a Coreia do Norte, pedindo que o país tome ações concretas pela resolução das preocupantes questões pendentes, incluindo a questão dos sequestros.

Com relação à Índia, a maior democracia do mundo, o Sul da Ásia tem aumentado com solidez sua presença nos últimos anos devido a sua população regional de cerca de 1,5 bilhão e o alto crescimento econômico alcançado pela região. Não há um legado histórico negativo nas relações do Sul da Ásia com o Japão, e muitos países na região tem tradicionalmente uma postura favorável ao Japão, apoiando a eleição do país em instituições internacionais e em diversas outras ocasiões. Além disso, a região é geograficamente importante para o Japão devido a sua localização nas rotas marítimas que conectam a Ásia e o Oriente Médio. Portanto, é vital para o Japão apoiar relações de cooperação mais próximas com essa região. Nas relações do Japão com a Índia, uma das potências emergentes do mundo, visitas de líderes para cada um dos dois países tem ocorrido anualmente desde 2005. Em dezembro de 2009, o Primeiro-Ministro Hatoyama visitou a Índia, ocasião em que ele e o Primeiro-Ministro Singh da Índia afirmaram que ambos os países pretendiam cooperar entre si em diversas áreas, incluindo segurança e economia, fortalecendo ainda mais e melhorando a “Parceria Estratégica Global” bilateral. Enquanto isso, o Sul da Ásia ainda enfrenta desafios em áreas como democratização, construção da paz e medidas antiterrorismo. No Sri Lanka, as forças governamentais praticamente dissolveram a organização separatista Tigres de Libertação do Tamil Eelam – LTTE (*Liberation Tigers of Tamil Eelam*), acabando com a guerra civil. Apesar desse avanço positivo, a situação de terrorismo no sul da Ásia mostrou poucos sinais de melhoria, com o número de vítimas de terrorismo chegando à maior alta da história no Paquistão. A estabilidade do Paquistão é uma das questões mais importantes para toda a comunidade internacional. Com relação a isso, em abril de 2009, o Japão sediou a Conferência de Doadores do Paquistão e, em novembro, anunciou um novo pacote de assistência para o Afeganistão e Paquistão como uma nova estratégia para apoiar o antiterrorismo. Ademais, reconhecendo a importância do Sul da Ásia, o Japão tem se envolvido numa diplomacia proativa em estruturas multilaterais, além de apoiar ativamente a Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional – SAARC (*South Asian Association for Regional Cooperation*), tendo como três pilares principais de seus esforços de cooperação a democratização e construção da paz, a promoção da conectividade regional e os intercâmbios entre pessoas.

A Austrália e a Nova Zelândia são os parceiros mais importantes do Japão na região da Ásia e do Pacífico com valores básicos compartilhados. Em particular, o Japão desenvolveu sua parceria com a Austrália a partir de uma relação bilateral focada na economia, evoluindo para uma parceria estratégica direcionada para garantir a paz e a estabilidade da comunidade internacional. Nesse processo, os dois países, que são ambos aliados dos Estados Unidos, aprofundaram também

sua cooperação de segurança.

Muitos países-ilha do Pacífico possuem relações amigáveis com o Japão e são importantes parceiros em termos da cooperação na comunidade internacional e no fornecimento de recursos marítimos. Em maio, os líderes do Fórum das Ilhas do Pacífico – PIF (*Pacific Island Forum*)

encontraram-se em Hokkaido para a 5ª Reunião de Líderes das Ilhas do Pacífico – PALM5 (Fifth Pacific Islands Leaders Meeting). Na reunião, diversas medidas para fortalecer os vínculos entre o Japão e os países-ilha do Pacífico foram desenvolvidas, incluindo um pacote de assistência de três anos no valor de 50 bilhões de ienes.

2. América do Norte

O Japão e os Estados Unidos são aliados que compartilham valores e interesses estratégicos, e a Aliança Japão – EUA é a base fundamental da diplomacia japonesa. A Aliança Japão – EUA, que inclui os Acordos de Segurança Japão – EUA em sua essência, trouxe paz e prosperidade para o Japão e o Extremo Oriente por mais de 60 anos desde o fim da II Guerra Mundial e tem funcionado com efetividade como a estrutura fundamental de apoio à estabilidade e ao desenvolvimento da região da Ásia e do Pacífico. Na região da Ásia e do Pacífico, que continua apresentando elementos de instabilidade mesmo depois do fim da Guerra Fria, a Aliança Japão – EUA desempenha um papel indispensável como base fundamental para a paz e prosperidade do Japão e da região.

O Japão e os Estados Unidos possuem uma relação extremamente próxima em diversas áreas como política, segurança, economia e cultura. Os dois países continuaram a fortalecer suas relações tratando de forma apropriada as questões bilaterais e se aproveitando de diversas oportunidades para agirem em íntima cooperação buscando assegurar a paz e a prosperidade para a região da Ásia e do Pacífico, e lidar com assuntos globais enfrentados pela comunidade internacional. O Governo Obama, que tomou posse em janeiro, deixou claro por diversas ocasiões a importância que atribui à Aliança Japão – EUA. A Administração Hatoyama, iniciada em setembro, também continua a colocar a Aliança Japão – EUA como base fundamental da diplomacia japonesa. Para marcar o 50º aniversário da conclusão do atual Tratado de

Segurança Japão – EUA em 2010, os dois países concordaram quanto ao importante tema do fortalecimento da cooperação Japão – EUA não só em questões bilaterais mas também em assuntos relacionados à região da Ásia e do Pacífico e outros assuntos globais, aprofundando ainda mais a aliança Japão – EUA em adaptação ao ambiente atual do século XXI.

O Japão e o Canadá cooperam intimamente em diversas áreas como política, economia, segurança e cultura. Além de trabalharem em conjunto como membros do G8, os dois países possuem uma relação de parceria na região da Ásia e do Pacífico, e compartilham valores fundamentais. Os Ministros canadenses para Comércio Internacional e para Relações Exteriores visitaram o Japão em abril e maio respectivamente, e durante essas visitas os dois países concordaram em avançar nos esforços concertados para tratar assuntos relacionados a essas áreas e fortalecer ainda mais a cooperação em preparação para a cúpula do G8 no Canadá e para a cúpula da APEC no Japão em 2010. Na área de apoio a atividades humanitárias e de ajuda em desastres, os dois países confirmaram medidas concretas de cooperação. Em julho, o Imperador e a Imperatriz do Japão fizeram sua primeira visita ao Canadá, recebendo as boas-vindas do povo canadense com entusiasmo, incluindo daqueles de ascendência japonesa. Esses ativos intercâmbios de alto nível entre os dois países aprofundaram ainda mais o interesse e a compreensão do público canadense em relação ao Japão.

3. América Latina e Caribe

A região da América Latina e Caribe engloba uma população de 560 milhões e uma economia de 4,2 trilhões de dólares em PIB (três vezes o da ASEAN). A região tem uma presença econômica crescente no mundo, com um crescimento econômico anual de aproximadamente 5% nos últimos cinco anos. A região também vem ganhando maior atenção internacional como fornecedores de minerais, incluindo metais raros, energia e alimentos.

O Japão tem, tradicionalmente, boas relações com países da região da América Latina e Caribe, com base em vínculos entre pessoas incluindo a presença de imigrantes japoneses e

seus descendentes na região. Além disso, o Japão tem apoiado a consolidação da democracia e do desenvolvimento econômico em países da América Latina e Caribe, o que ajudou a tornar as relações com esses países ainda mais próximas. Nos últimos anos, os países da América Latina e Caribe tiveram, em geral, democracias estáveis e um crescimento econômico sólido baseado na economia de mercado e, agora, tem ainda mais influência na comunidade internacional. Atualmente, os países da região da América Latina e Caribe, com os quais o Japão compartilha valores fundamentais, se tornaram parceiros importantes do Japão na comunidade internacional. Nessas circunstâncias,

como parte de seus esforços para intensificar ainda mais suas relações com essa região, o Japão tem desempenhado sua diplomacia para a região com base em três pilares fundamentais: (1) fortalecer as relações econômicas, (2) contribuir para o desenvolvimento estável da região, e (3) promover a cooperação na arena internacional.

Para fortalecer ainda mais os vínculos econômicos do Japão com a América Latina e Caribe, o governo japonês, através de uma avaliação precisa da situação local e do envolvimento das companhias japonesas, apoia as atividades dessas empresas através do desenvolvimento de acordos legais como os EPAs e acordos bilaterais sobre investimentos, assim como através de consultas com governos anfitriões.

Para conquistar um desenvolvimento estável na região da América Latina e Caribe, o Japão apoia ativamente os esforços dos governos da região para resolver os problemas

profundamente enraizados da pobreza e desigualdade social através de assistência financeira e cooperação técnica. Ao mesmo tempo, o Japão auxilia esses governos a buscar um desenvolvimento econômico sustentável.

Englobando 33 países, a região da América Latina e Caribe tem uma influência significativa sobre o processo de tomada de decisões na ONU e em outros fóruns internacionais. O Brasil, o México e outras economias emergentes tem se tornado, em particular, atores cada vez mais importantes na política e economia internacional. Em vista disso, o governo japonês trabalha em proximidade com os governos dessa região para lidar com questões globais consideradas importantes pelo Japão, como o meio ambiente e as mudanças climáticas, o desarmamento e a não-proliferação nuclear, a segurança humana e a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

4. Europa

Localizados nas duas extremidades da Eurásia e compartilhando valores fundamentais como democracia, direitos humanos e estado democrático de direito, o Japão e a Europa são parceiros com papéis de destaque no fomento à estabilidade e prosperidade da comunidade internacional. É de vital importância para o Japão fortalecer as suas relações com a Europa, uma região que representa aproximadamente 30% do PIB mundial e engloba diversos membros do G8 incluindo o Reino Unido, França, Alemanha e Itália. O fortalecimento dessas relações contribui para que se possa responder efetivamente às questões mundiais como as crises que tem assolado a economia e as finanças globais, as mudanças climáticas, o terrorismo e a proliferação de armas de destruição em massa. Há uma expectativa de que a União Europeia (UE), assim como outros grupos, aumentem sua influência na comunidade internacional como resultado da entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 1º de dezembro. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que passou por uma reestruturação desde o fim da Guerra Fria, ampliou seu escopo de atividades para apoiar a paz e a estabilidade além da região da Europa e do Atlântico, alcançando o Afeganistão e outras regiões. Uma vez que o Japão compartilha com a UE e a OTAN muitas de suas preocupações sobre temas e regiões específicas, é de grande significância para o Japão avançar na cooperação

com esses grupos. Nesse contexto, o Japão também tem ampliado as oportunidades para diálogo e cooperação nas áreas política e econômica com os países da Europa Central, do Leste Europeu e dos países bálticos.

Em maio de 2009, o Primeiro-Ministro Taro Aso visitou a República Tcheca (presidência da UE) para participar de uma Reunião de Cúpula com a UE. Na Alemanha, o destino seguinte de sua viagem, o Primeiro-Ministro fez um discurso sobre políticas públicas relacionadas à diplomacia direta realizada entre Japão e Europa, pedindo uma parceria mais forte entre os dois.

Desde o início de seu governo em setembro, o Primeiro-Ministro Hatoyama fez duas viagens à Europa em apenas três meses desde a posse. Ele também conversou com muitas das figuras políticas mais importantes da Europa como o Presidente Napolitano da Itália, o Primeiro-Ministro Brown do Reino Unido, o Presidente Federal Fischer da Áustria, o Primeiro-Ministro Rasmussen da Dinamarca, o Primeiro-Ministro Balkenende dos Países Baixos, e o Presidente Sólyom da Hungria. Além disso, o Primeiro-Ministro Hatoyama conversou por telefone com o Sr. Van Rompuy imediatamente após sua nomeação como Presidente do Conselho Europeu em novembro, ocasião na qual os dois líderes reconfirmaram a importância da relação Japão – UE.

5. Rússia, Ásia Central e o Cáucaso

Nos últimos anos, a Rússia adotou políticas para fortalecer suas relações com a região da Ásia e do Pacífico e revigorar o desenvolvimento do Leste da Sibéria e áreas próximas através da

integração do Extremo Oriente da Rússia e do Leste da Sibéria na região da Ásia e do Pacífico. Nesse contexto, o Presidente Medvedev se comprometeu a desempenhar uma diplomacia

frente a frente com o Japão, sendo essa uma de suas prioridades.

Ao longo de 2009, diálogos políticos ativos foram realizados em vários níveis entre Japão e Rússia, incluindo reuniões de cúpula. Depois do início da administração Hatoyama, mais especificamente, os líderes dos dois países reafirmaram sua intenção mútua de desenvolver uma nova relação Japão – Rússia e concordaram em atuar como parceiros na região da Ásia e do Pacífico. Ampliar a cooperação e a parceria entre Japão e Rússia na região da Ásia e do Pacífico não só é algo consistente com os interesses estratégicos dos dois países mas também é uma contribuição à estabilidade e prosperidade da região. Para alcançar essas metas, o Japão tem se engajado em intensas negociações com a Rússia com uma forte determinação de solucionar, por fim, a questão dos Territórios do Norte, que é a maior questão pendente que existe entre os dois países e, com isso, concluir a celebração de um tratado de paz.

Quanto aos países da Ásia Central e do Cáucaso, o ano de 2009 contribuiu com o ímpeto para desenvolver ainda mais as relações bilaterais entre o Japão e cada um desses países, incluindo a abertura de uma embaixada japonesa na Geórgia, a realização de visitas de ministros das relações exteriores de todos os três países do Cáucaso, além da visita do presidente do Turcomenistão ao Japão e da realização de encontros de cúpula durante a visita, que contribuíram para aprofundar o diálogo político e as relações econômicas com o Turcomenistão. O Japão pretende fortalecer ainda mais suas relações com os países da Ásia Central e do Cáucaso, que são abundantes em recursos naturais, incluindo recursos energéticos, e possuem uma importância geopolítica por estarem situados na rota que une a Ásia e a Europa, assim como a Rússia e o Oriente Médio. Isso será feito não apenas por meios bilaterais mas também através de grupos de trabalho como o Diálogo entre “Ásia Central e Japão”.

6. O Oriente Médio e o Norte da África

A paz e estabilidade no Oriente Médio tem uma importância crucial na luta para solucionar desafios globais como a não-proliferação de armas de destruição em massa – WMD (Weapons of Mass Destruction) e o antiterrorismo, além de afetar diretamente a paz e prosperidade da comunidade internacional como um todo. Além disso, o Japão importa aproximadamente 90% de seu petróleo bruto da região, que é uma das maiores produtoras de petróleo e gás natural do mundo.

Em 2009, o Oriente Médio passou por ataques israelenses na Faixa de Gaza, ataques terroristas contínuos no Afeganistão, um aumento nas preocupações internacionais quanto à questão nuclear do Irã, e a desestabilização da situação política do Iêmen. Enquanto isso, o Oriente Médio direcionou seus esforços para o desenvolvimento econômico, contando com sua abundância em recursos energéticos e capital amplo. Embora afetada pela crise econômica e financeira global, a região apresenta novas oportunidades para o Japão promover ainda mais a cooperação e construir mais vínculos empresariais.

Nesse contexto, o Japão está ativamente engajado na diplomacia com o Oriente Médio, cooperando com a comunidade internacional, com o objetivo de assegurar a paz e estabilidade na região e de construir relações de cooperação em diversas esferas.

Para assegurar a paz e estabilidade na região, o Japão está buscando desenvolver soluções pacíficas para a paz no Oriente Médio, para a questão nuclear iraniana e outras questões

pendentes, contando com uma íntima cooperação com outros importantes países que também se preocupam com essas questões, e através de abordagens baseadas em suas próprias relações bilaterais com os países da região. Em particular, os esforços nesse sentido incluem diálogos políticos em nível ministerial e de oficiais de alto escalão, assistência para ajudar a construir um Estado Palestino, e apoio à reconstrução do Iraque. Em novembro de 2009, como parte de sua nova estratégia para combater a ameaça do terrorismo, o Japão anunciou seu novo pacote de assistência ao Afeganistão e Paquistão. O Japão também tem levado sua diplomacia para com o Oriente Médio para diversos fóruns internacionais, incluindo o G8, o Conselho de Segurança da ONU e outras estruturas de cooperação multilateral.

O Japão também está desenvolvendo mais profundamente suas relações com os países do Oriente Médio no centro da frente econômica focada na questão energética, além de promover esforços para construir relações em diversos níveis em uma amplitude de áreas como política, ciência e tecnologia, educação e cultura. Em dezembro de 2009, a primeira reunião do Fórum Econômico Japão – Países Árabes foi realizada em Tóquio com aproximadamente 1.200 participantes do Japão e diversos países árabes, incluindo o Sr. Amre Moussa, Secretário-Geral da Liga de Países Árabes, e outros grandes ministros e líderes empresariais dos países participantes. Também no mesmo mês, foi realizado o Segundo Fórum Econômico entre Japão e Países Árabes em Bagdá.

7. África

Nos últimos anos, a África tem chamado a atenção da comunidade internacional como o “continente da esperança”, refletindo seu acelerado crescimento econômico. Em 2009, contudo, houve preocupações quanto à desaceleração econômica resultante da crise econômica e financeira global, tornando mais difícil para a África alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODMs. Enquanto algumas partes da região observaram avanços pela paz e estabilidade, os processos de paz na Somália e Sudão (Darfur) ainda precisam mostrar progressos substanciais. Diversos acontecimentos tais como as mudanças políticas anticonstitucionais verificadas em alguns países também causaram grandes preocupações.

Nesse contexto, o Japão sediou a Primeira Reunião Ministerial da TICAD em Botsuana em março de 2009, como um evento de acompanhamento da Quarta Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano – TICAD IV (*Tokyo International Conference on African Development*) realizada em 2008. Durante a reunião, o Japão deixou claro que cumpriria com vigor os compromissos feitos na TICAD IV, que incluíam dobrar a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento – ODA (*Official Development Assistance*) para a África até 2012. O Japão também convocou a comunidade internacional a ampliar sua assistência ao continente africano.

Essa questão foi levantada durante a Cúpula do G20 em Londres (Reino Unido), realizada em abril, e também na 35ª Cúpula do G8 em L'Áquila (Itália), realizada em julho, comprovando a necessidade de que a comunidade internacional aumente seu apoio à África para que a região também possa superar os efeitos da crise econômica e financeira global.

A política de honrar plenamente os

compromissos da TICAD IV foi mantida mesmo depois da mudança de governo no Japão em setembro; o Primeiro-Ministro Hatoyama anunciou durante a Assembleia-Geral da ONU em setembro que o Japão continuaria e fortaleceria o processo da TICAD. Além disso, durante sua reunião com o Corpo Diplomático Africano em Tóquio, em outubro, o Ministro das Relações Exteriores Okada declarou que os seguintes pontos eram princípios fundamentais para as políticas do Japão para a África na administração Hatoyama: (1) A respeito da assistência ao desenvolvimento e crescimento, a administração Hatoyama vai cumprir os compromissos anunciados na TICAD IV sem falta, incluindo dobrar a ODA do Japão e fornecer assistência para dobrar o investimento privado japonês na África até 2012, e (2) a respeito de sua contribuição para a paz e estabilidade, a administração Hatoyama vai fortalecer os esforços de construção da paz, incluindo na resolução de conflitos e em operações de manutenção da paz – PKO (*Peacekeeping Operations*).

Diversas visitas de alto nível também aconteceram. Do lado japonês, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Hirofumi Nakasone visitou Botsuana em março e o Embaixador Especial Koizumi (ex-Primeiro-Ministro) visitou Gana em janeiro. Em março, o Embaixador Especial Fukuda (ex-Primeiro-Ministro) visitou Uganda, Botsuana e Quênia. Em maio, o Embaixador Especial Mori (ex-Primeiro-Ministro) visitou a África do Sul. Em março, o Japão também estabeleceu um agente de ligação em Djibouti designado para apoiar as atividades das Forças de Autodefesa Marítima do Japão. Além disso, o Japão abriu embaixadas na Mauritânia em dezembro de 2009 e também em Benin e Ruanda em janeiro de 2010, fortalecendo, com isso, as bases de suas relações diplomáticas com a África.

CAPÍTULO 3

A Política Externa do Japão nas Principais Questões Globais

1. Esforços para Alcançar a Paz e Estabilidade do Japão e da Comunidade Internacional

O atual ambiente de segurança internacional mudou qualitativamente em relação ao que era na época da Guerra Fria. Enquanto a probabilidade de conflitos entre as principais potências vem diminuindo, ameaças não-tradicionais têm se intensificado, incluindo a proliferação de armas de destruição em massa e de mísseis, o aumento do terrorismo e da pirataria internacional, assim como questões globais relacionadas a pobreza, meio ambiente, refugiados, drogas ilegais e doenças infecciosas. Nesse contexto, para que o Japão mantenha sua integridade territorial, proteja as vidas e posses dos cidadãos japoneses, e assegure a prosperidade e o desenvolvimento, é necessário que o Japão tenha uma política de segurança multifacetada para lidar não só com as ameaças tradicionais mas também com as não-tradicionais.

Mais especificamente, além de manter e reforçar os Acordos de Segurança entre Japão e Estados Unidos, é importante continuar a desempenhar ativamente esforços diplomáticos para ampliar as relações internacionais de forma estável com países vizinhos, promover a paz e estabilidade na comunidade internacional, e o desenvolvimento de capacidades de defesa adequadas para apoiar esses esforços. Os acordos de segurança Japão – EUA têm funcionado efetivamente como a estrutura básica de apoio à estabilidade e ao desenvolvimento da região da Ásia e do Pacífico, trazendo paz e prosperidade para o Japão e o Extremo Oriente. Ao mesmo tempo, conforme demonstrado pelo lançamento de mísseis balísticos e pela questão nuclear da Coreia do Norte, elementos de imprevisibilidade ainda persistem na região da Ásia e do Pacífico mesmo depois da Guerra Fria, incluindo as questões relacionadas ao Estreito de Taiwan e à Península da Coreia. Nessas circunstâncias, é importante aprofundar ainda mais o acordo de segurança entre Japão e nosso aliado, os Estados Unidos, para assegurar a paz e segurança do Japão e da região. Para marcar o 50º aniversário da assinatura do atual Tratado de Segurança Japão – EUA, em 2010, ambos os países continuam a colaborar para o propósito do fortalecimento da cooperação não só bilateralmente mas também no enfrentamento de questões relevantes para a região da Ásia e do

Pacífico e em outros assuntos globais, aprofundando a aliança Japão – EUA de forma adaptada ao ambiente atual do século XXI.

Na região da Ásia e do Pacífico, ainda não desenvolvemos um mecanismo de defesa e segurança coletivo de forma multilateral, similar à OTAN na Europa, devido a fatores como a diversidade de sistemas políticos e econômicos, culturas e etnias. Ao invés disso, a estabilidade regional tem sido mantida primordialmente através de diversos acordos bilaterais sobre segurança centrados nos Estados Unidos. Na opinião do Japão, melhorar e fortalecer os diálogos multilaterais, regionais e bilaterais, além dos grupos de trabalho regionais, é algo prático e adequado para fortalecer a interdependência econômica em diversas esferas e, ao mesmo tempo, assegurar a presença e o envolvimento dos Estados Unidos para alcançar um ambiente de segurança estável em torno do Japão e garantir a paz e estabilidade na região da Ásia e do Pacífico.

O papel das Nações Unidas tem se tornado cada vez mais importante. Sendo a única organização internacional com participação universal e capacidades abrangentes, a ONU continua a trabalhar pela manutenção da paz e segurança através de organismos como o Conselho de Segurança e a Assembleia-Geral. Além disso, a organização promove as relações amigáveis entre países, e encoraja a cooperação internacional para resolver questões econômicas, sociais, culturais e humanitárias, e para promover os direitos humanos.

O Japão pretende fazer um uso ativo da ONU e fortalecê-la para conquistar avanços em seus interesses nacionais junto à comunidade internacional e para lidar com os desafios mencionados anteriormente segundo uma estrutura multilateral de negociação. Para esse fim, o Japão tem lutado pela reforma da ONU o quanto antes, especialmente a reforma do Conselho de Segurança, e está desempenhando um papel de liderança em grandes organizações internacionais, incluindo dentro da ONU, contribuindo com recursos humanos e financeiros.

O Japão também está ativamente engajado em alguns assuntos relacionados a agendas internacionais específicas. O Japão está ativamente envolvido no desarmamento e não-proliferação,

uma vez que o Japão sempre considerou esse esforço essencial para melhorar seu ambiente de segurança e alcançar um mundo pacífico. Em 2009, os chefes de estado se reuniram para discutir o desarmamento e a não-proliferação nuclear pela primeira vez no Conselho de Segurança da ONU. No contexto do crescimento desse ímpeto global, o Japão tem desempenhado um papel de liderança na manutenção e ampliação do regime de desarmamento e não-proliferação, com base no Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Além disso, o Japão está desempenhando um papel proativo para lidar com conflitos regionais, e combater o terrorismo e o crime organizado transnacional, que têm aumentado por todo o mundo. Ademais, sendo um país marítimo e focado no comércio, garantir a segurança marítima e a segurança da navegação não só é crucial para a prosperidade do Japão mas também importante para o desenvolvimento econômico da região. Em particular, o número de ataques piratas próximo à costa da Somália e no Golfo de Áden em 2009 somou 217 casos, quase o dobro dos incidentes registrados em 2008. O número de ataques na Bacia Somali também tem aumentado. Baseado na visão de que a pirataria continuará sendo uma questão de preocupação internacional, o Japão está desempenhando esforços através de uma abordagem multifacetada para garantir a segurança marítima e a segurança da navegação. Em primeiro lugar, para lidar com as preocupações mais imediatas, o Japão enviou suas Forças de Autodefesa – JSDF (*Japan Self Defence Forces*) para as proximidades da costa da Somália e para o Golfo de Áden, mais especificamente dois destróieres e duas aeronaves P-3C de patrulha marítima. Além disso, a iniciativa japonesa envolve esforços de longo e médio prazo, como assistência para capacitação do contingente costeiro dos países, visando prevenir e suprimir a pirataria, além de promover a cooperação regional. O Japão também tem atuado no auxílio pela estabilização da situação da Somália.

Com relação a conflitos regionais e guerras civis que ainda persistem ao redor do mundo, a importância da construção da paz tem tido um reconhecimento cada vez maior. A construção da paz é um esforço incessante que vai desde a promoção de processos de paz e assistência humanitária emergencial imediatamente depois de uma situação de conflito até a manutenção da segurança, reconstrução e desenvolvimento de longo prazo. Para construir as bases da paz sustentável e prevenir a recorrência de conflitos, o Japão designou a construção da paz como uma de suas maiores prioridades diplomáticas. Até o momento, estamos promovendo esforços palpáveis contribuindo com as Operações de Manutenção da Paz da ONU – UNPKO (*UN Peacekeeping Operations*) e com outras organizações, conduzindo

esforços em campo utilizando a ODA, fazendo contribuições intelectuais e promovendo recursos humanos.

Em termos do terrorismo, após os ataques terroristas nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, a comunidade internacional designou o combate ao terrorismo como uma de suas prioridades mais urgentes e reforçou o desenvolvimento de medidas antiterrorismo através de estruturas multilaterais incluindo a ONU e o G8, a cooperação bilateral e a assistência para medidas de segurança em países em desenvolvimento. Como nossa política fundamental, o Japão se recusa a aceitar ou justificar o terrorismo sob quaisquer circunstâncias.

Com o aumento da migração das populações e a sofisticação da tecnologia da informação, o crime organizado transnacional, que transcende as fronteiras dos países, como o tráfico de drogas, crimes virtuais e lavagem de dinheiro, tem se desenvolvido e se expandido geograficamente. Esse é um problema que não pode ser resolvido por nenhum país atuando sozinho e requer esforços coordenados de parcerias entre organizações regionais e internacionais. Esforços vigorosos estão sendo feitos nessa área através de instituições como a ONU, o G8 e a Força-Tarefa de Ação Financeira – FATF (*Financial Action Task Force*), e o Japão está participando ativamente desses empreendimentos internacionais.

Os direitos humanos e a democracia são valores universais. Um desenvolvimento suficiente dessas bases em cada país contribui para o estabelecimento de uma sociedade próspera e pacífica e, com isso, para a paz e segurança da comunidade internacional. O Japão vai fortalecer sua política externa para promover os direitos humanos e a democracia de forma abrangente, através do desenvolvimento das bases democráticas e de direitos humanos a partir da assistência de desenvolvimento, e estabelecendo vínculos entre os esforços realizados em foros multilaterais como o grupo da ONU de direitos humanos e democracia, e os esforços bilaterais incluindo diálogos sobre direitos humanos e assistência para o desenvolvimento.

Além disso, o Japão considera a promoção do “estado democrático de direito” na comunidade internacional como um dos principais pilares de suas políticas diplomáticas e se engajou ativamente em diversos esforços para alcançar esse fim. O estabelecimento do “estado democrático de direito” na comunidade internacional promove a estabilidade das relações entre países, a resolução pacífica de disputas e a “boa governança” dentro dos países. Também é importante para assegurar os interesses territoriais e marítimos do Japão, assim como para as atividades particulares e empresariais em nível internacional.

2. Esforços pela Prosperidade do Japão e da Comunidade Internacional

O mundo enfrenta atualmente diversos assuntos complicados como a pobreza, fome, doenças infecciosas, preocupações com o clima e o meio ambiente e a crise econômica e financeira global. Muitas pessoas enfrentam situações de crise que colocam suas vidas em risco e que lhes obriga a sobreviver com padrões de vida muito pobres. Sob essas circunstâncias, a cooperação dentro da comunidade internacional tem se tornado cada vez mais importante para conquistar um mundo onde todos possam viver com dignidade. Portanto, será muito importante para o Japão agir para enfrentar essas questões e contribuir para solucioná-las, exercendo uma liderança baseada em nossas próprias experiências passadas e em nossa especialidade em planejamento conceitual.

Em seu discurso no Debate Geral da 64ª Assembleia-Geral da ONU em setembro, o Primeiro-Ministro Hatoyama discutiu as questões de desenvolvimento e pobreza, e assegurou que o Japão dará o seu melhor para atuar como ponte entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, dizendo: “O Japão vai trabalhar em parceria com organizações internacionais e Organizações Não-Governamentais – ONGs, e vai fortalecer sua assistência aos países em desenvolvimento tanto em qualidade como em quantidade. O Japão pretende continuar e fortalecer o processo da Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano – TICAD, e redobrar seus esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODMs, assim como para promover a segurança humana.”

Em 2009, o Japão contribuiu com a comunidade internacional participando de forma proativa na promoção da segurança humana e implementando políticas de assistência voltadas para diferentes áreas, como saúde e educação, visando alcançar os ODMs. Em termos da ajuda ao Afeganistão e Paquistão, considerada uma das prioridades mais imediatas da comunidade internacional, o Japão anunciou em novembro nossa Nova Estratégia para ajudar nos esforços pela estabilidade em ambos os países. Em relação à ajuda para a África, o Japão continuará apoiando seu desenvolvimento e crescimento, assim como a paz e estabilidade da África através de uma firme implementação de compromissos como os planos anunciados durante a TICAD IV de dobrar a ODA para a África. Com relação a nossas medidas para reagir à crise econômica e financeira global, o Japão tem fornecido ajuda aos países em desenvolvimento afetados pela crise com o fim de promover a recuperação e o crescimento sustentável da economia global e asiática.

Para contribuir com a paz e prosperidade do mundo, o Japão trabalhará com agências internacionais, ONGs e empresas para

desempenhar um papel ativo nos esforços para ajudar outros países na área de desenvolvimento e resolver questões de escala global. Mais especificamente, o Japão vai fortalecer seus esforços para promover a segurança humana e alcançar os ODMs, auxiliar no desenvolvimento da África e ajudar o Afeganistão e Paquistão. Além disso, o Ministério continuará a valorizar o sentimento de irmandade para com as pessoas dos países em desenvolvimento que sofrem dificuldades causadas pela pobreza ou outros fatores, e trabalhará ainda mais para promover uma cooperação internacional baseada na aprovação e no apoio do povo japonês.

Questões ambientais do planeta, como mudanças climáticas e perda de diversidade biológica, são uma ameaça grave contra a vida na Terra e a existência humana. Para lidar com essas ameaças, o Japão determinou que os esforços pelo meio ambiente global são uma prioridade diplomática e está atualmente supervisionando as discussões globais sobre o assunto.

Quanto às mudanças climáticas, o Primeiro-Ministro Hatoyama anunciou, durante a Cúpula da ONU sobre Mudanças Climáticas, realizada em setembro de 2009, a meta de reduzir as emissões de gases de efeito estufa do Japão em 25% até 2020, em comparação com os níveis de 1990. Tal compromisso está fundamentado no estabelecimento de um quadro de trabalho internacional justo e efetivo com a participação das principais economias do mundo e com o comprometimento de cada uma delas com metas ambiciosas nacionais. O Primeiro-Ministro também anunciou a “Iniciativa Hatoyama” como uma medida de apoio aos países em desenvolvimento, os quais causaram uma mobilização bem-sucedida nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas. Em dezembro, o Japão participou da COP15 e pediu ativamente o estabelecimento de um quadro de trabalho internacional justo e efetivo com a participação das principais economias. Na ocasião, além de avançar em sua parceria com o governo da Dinamarca, que preside a COP15, o Japão ampliou sua cooperação com os Estados Unidos e outros países desenvolvidos, e trabalhou em conjunto com países em desenvolvimento tais como a China. Além disso, o Primeiro-Ministro Hatoyama participou da reunião de cúpula realizada durante a COP15, se envolvendo de forma direta nas negociações sobre mudanças climáticas e contribuindo para o estabelecimento do Acordo de Copenhague.

Conforme mencionado anteriormente, a conservação da biodiversidade também é uma prioridade para a raça humana e que precisa ser tratada com rapidez. Em 2010, a 10ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre

Diversidade Biológica (CDB-COP10) será realizada na cidade de Nagoya, no distrito de Aichi. O Japão está preparado para cumprir com suas responsabilidades como presidente e está planejando fazer grandes contribuições.

A maior prioridade em relação à economia global em 2009 foi a recuperação da crise econômica e financeira global que foi institucionalizada principalmente pelo “Colapso do Lehmann” em setembro de 2008. Em resposta à crise, a comunidade internacional reconheceu a necessidade de envolver as nações emergentes, que tem ganhado estatura na economia global, e, como resultado, o G20 assumiu um papel importante como fórum para a coordenação político-econômica entre as nações desenvolvidas e emergentes. Além de seu trabalho no G20, o Japão está exercendo um papel de destaque através do G8, que tem sido tradicionalmente a reunião dos países desenvolvidos que compartilham uma percepção comum dos problemas de escala global, e tem trabalhado ativamente nas questões enfrentadas pela comunidade internacional que precisam ser resolvidas rapidamente, como as mudanças climáticas, o desenvolvimento, e a segurança alimentar e energética.

O avanço do livre comércio e investimentos é indispensável para a prosperidade econômica do Japão e é um importante pilar de nossa política econômica externa. Na área de comércio, a estabilidade legal do comércio internacional, assim como a necessidade de manter e reforçar o sistema da Organização Mundial do Comércio (OMS) para assegurar a previsibilidade, continuam sendo uma prioridade importante para guiar a economia global a uma recuperação sustentável. Em termos de suprimir o protecionismo, mensagens fortes advertindo contra essas práticas foram transmitidas em cúpulas anteriores como a Cúpula do G20 em Londres, a Cúpula do G8 em L'Aquila e a Cúpula do G20 em Pittsburgh. Com relação à Rodada de Doha da OMC, declarações políticas convocando os países a “buscar concluir as negociações em 2010” foram anunciadas durante as discussões entre chefes de estado do G8 e de nações emergentes em L'Aquila, assim como durante as conversas entre líderes mundiais do G20 em Pittsburgh. Contudo, com relação aos fardos e benefícios para as nações emergentes, a oposição continua sendo entre os Estados Unidos, que desejam uma maior liberalização do comércio, e países como China, Brasil e Índia, que enfatizam os interesses dos países em desenvolvimento. Consequentemente, as negociações continuam um impasse.

Em um esforço para suplementar o sistema multilateral de livre comércio baseado na OMC, o Japão está promovendo ativamente os EPAs e FTAs. Quanto aos EPAs, estamos tentando estabelecer regras não só pela liberalização do comércio mas também para diversas outras áreas como movimento de pessoas e liberalização dos investimentos. Em 2009, o Japão assinou EPAs com o Vietnã e a Suíça. Atualmente estamos

avançando nas negociações para verificar a situação do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (GCC), da Índia e da Austrália, e começamos as negociações com o Peru em maio. Embora as negociações com a República da Coreia tenham sido interrompidas, estamos conduzindo discussões de nível técnico para preparar o terreno para a reabertura dessas negociações. Além disso, o Japão está contribuindo ativamente e participando de pesquisas e discussões de grupos de trabalho sobre vários tipos de parcerias econômicas no Leste Asiático e na região da Ásia e do Pacífico. O Japão vai presidir a reunião da APEC em 2010 e, durante o Simpósio Japão – APEC, realizado no último mês de dezembro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Okada fez um discurso que incluiu explicações sobre o tema da Reunião da APEC no Japão em 2010, “Mudança e Ação”. No mesmo evento, especialistas do setor privado, governo e academia debateram as Metas de Bogor e o futuro da APEC, assim como estratégias para ampliar a prosperidade da região da Ásia e do Pacífico através da integração econômica regional, incluindo planos para estabelecer uma Área de Livre Comércio da Ásia e do Pacífico – FTAAP.

Reconhecendo que o problema da proliferação de bens falsificados e pirateados pelo mundo é uma ameaça ao crescimento sustentável da economia global, o Japão tem conduzido diversos esforços bilaterais e multilaterais para fortalecer os direitos de propriedade intelectual. Além disso, o Japão considera que reforçar fundamentos legais e institucionais através de convenções fiscais, incluindo tratados e acordos de seguridade social, é algo importante em termos de auxiliar a operação das empresas japonesas no exterior e para revitalizar a economia do Japão.

O Japão é altamente dependente de importações de energia, minerais, alimentos e outros recursos que formam as bases da subsistência do povo japonês e, portanto, fortalecer a segurança econômica é um de nossos objetivos diplomáticos fundamentais. O paradigma em relação aos recursos está em um período de transição devido a fatores como o crescimento das nações emergentes e as mudanças climáticas. Sob essas circunstâncias, o governo japonês e o setor privado devem trabalhar juntos nos esforços para garantir a estabilidade de longo prazo do abastecimento de recursos para o Japão. Além disso, será necessário promover parcerias internacionais para o desenvolvimento responsável de recursos e sua utilização para todo o mundo. A partir dessa perspectiva, o Japão está assumindo liderança nessa área através de atividades como uma participação proativa em organizações como a Agência Internacional de Energia (AIE) e a Agência Internacional de Energia Renovável – IRENA (*International Renewable Energy Agency*), que deve ser lançada oficialmente em um futuro breve, além de atuar como patrocinador da “Mesa Redonda de Alto Nível para Promover Investimentos Internacionais Responsáveis na Agricultura”.

Para lidar com as questões descritas anteriormente, como as mudanças climáticas, questões ambientais, a crise econômica e financeira global, e a subsistência energética, a comunidade internacional volta seus olhos para a ciência e tecnologia japonesa com grande interesse e expectativas. Reconhecendo o papel da ciência e

tecnologia, assim como da área espacial, como fronteiras e ferramentas para a cooperação internacional, o Japão continuou a promover uma “diplomacia em ciência e tecnologia” e uma “diplomacia espacial” buscando um progresso sinérgico entre essas áreas e a política diplomática em geral durante o ano de 2009.

3. Esforços para Promover o Entendimento e a Confiança com relação ao Japão

Para implementar a política externa de forma efetiva, além de aproximar-se diretamente dos desenvolvedores de políticas públicas do exterior, é importante promover o interesse e formar uma impressão favorável do Japão na mente do público geral dos outros países, que formam a base de apoio das políticas de seus governantes, através do fornecimento de informações e da promoção de intercâmbios. O impacto da opinião pública na política externa tem crescido particularmente nos últimos anos, parcialmente devido ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e ao estabelecimento da democracia em muitos países. Dessa forma, o governo do Japão trabalha em suas relações públicas no exterior para promover o entendimento do Japão e de suas políticas externas para com os cidadãos de países estrangeiros. O governo também faz esforços para transmitir um apelo multifacetado e promover intercâmbios culturais objetivando ampliar o conhecimento e fortalecer o senso de afinidade para com o Japão.

Com relação a isso, o Ministério dos Negócios Estrangeiros implementa medidas para promover o idioma japonês no exterior, introduzir a cultura pop e outras manifestações culturais do Japão contemporâneo, e divulgar a política externa japonesa a intelectuais de outros países. Além dos programas de língua japonesa oferecidos pela Fundação Japão, em janeiro o governo do Japão enviou voluntários a quatro países da Europa Central e Leste Europeu (Hungria, Polônia, Bulgária e Romênia), que estão engajados na educação em língua japonesa e atividades culturais em nível fundamental segundo o Programa de Voluntários da Cultura Japonesa. Além disso, em fevereiro o Ministério nomeou jovens líderes da área de moda como Comunicadores de Tendências da Cultura Pop Japonesa (também conhecidos como

“Embaixadores Kawaii”) e enviou-os a eventos relacionados à cultura japonesa em diversos países. Em novembro, o Centro Criativo Japonês – JCC (*Japan Creative Centre*) foi inaugurado em Singapura como um polo de comunicação da cultura japonesa. Além disso, o Ministério convida a visitarem o Japão líderes de opinião e jornalistas estrangeiros que tem uma influência significativa na opinião pública internacional, assim como indivíduos no exterior com potencial para desempenhar papéis de liderança em suas respectivas áreas no futuro, objetivando estimular um melhor entendimento do Japão. O Ministério também apoia a participação de especialistas japoneses em conferências e simpósios internacionais.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros organiza os programas “O Ano do Intercâmbio” para comemorar aniversários diplomáticos com outros países. Em 2009, programas de intercâmbio intensivos foram organizados com os países da região do Mekong, assim como com os quatro países localizados às margens do Danúbio (Áustria, Hungria, Romênia e Bulgária), uma vez que 2009 foi designado o Ano do Intercâmbio Japão – Mekong e o Ano da Amizade Japão – Danúbio, respectivamente. Com relação aos países em desenvolvimento, o Japão fornece assistência na forma de subsídios culturais que promovem capacitação, além de apoiar ativamente a preservação e restauração de heranças culturais. Além disso, o Japão faz contribuições intelectuais pelo estabelecimento de estruturas de cooperação internacional e para estabelecer padrões na área cultural, através da cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, e outras organizações.

CAPÍTULO 4

Diplomacia Japonesa Aberta ao Público

1. Fortalecimento da Estrutura de Implementação Diplomática e Cidadãos Japoneses em Papéis de Destaque

Para garantir os seus interesses nacionais e abordar de forma adequada os diversos desafios enfrentados pela comunidade internacional, o Japão precisa reforçar sua estrutura de implementação diplomática, o que permite fazer um melhor uso de seus limitados recursos humanos e materiais. Para isso, é importante cooperar integralmente com os diversos atores da comunidade internacional e promover esforços diplomáticos flexíveis, bem coordenados, integrados e verdadeiramente japoneses.

Um importante passo em direção a esses objetivos é fortalecer parcerias com ONGs, cuja importância como atores na cooperação internacional tem aumentado diante do crescente interesse público na cooperação internacional. ONGs japonesas realizam atividades de apoio cuidadosamente ajustadas às necessidades de comunidades locais principalmente na Ásia, e também em outras regiões do mundo, como a África, o Oriente Médio, a América Latina e o Caribe. Além disso, com base no conhecimento aprofundado sobre a situação dos cidadãos de países em desenvolvimento, essas ONGs estão engajadas em diversas atividades, construindo

redes de relacionamento e fazendo recomendações para a formulação de políticas em assuntos específicos como direitos humanos, educação, saúde e meio ambiente. O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão considera essas ONGs como importantes parceiras, e valoriza o papel exercido por elas.

Os Voluntários de Cooperação Internacional do Japão (*Japan Overseas Cooperation Volunteers*) e os Voluntários Seniores (*Senior Volunteers*) também são atores importantes da cooperação internacional, e trabalham pela resolução de problemas que afetam países em desenvolvimento, cooperando lado a lado com as populações locais. As atividades desses voluntários são a representação visível da ajuda oficial japonesa ao desenvolvimento, e são altamente reconhecidas ao redor do mundo, tendo um papel significativo na promoção do desenvolvimento econômico e social desses países, e promovendo o entendimento mútuo e a amizade entre o Japão e os países em desenvolvimento. Espera-se que os voluntários que retornaram para casa também compartilhem o seu conhecimento e a sua experiência com a sociedade japonesa.

2. Apoio à Cidadãos e Empresas Japonesas no Exterior

Atualmente, com aproximadamente 1,11 milhão de japoneses vivendo no exterior e com um fluxo anual de mais de 15,9 milhões de japoneses viajando para outros países, a população japonesa passou a exercer um papel ativo em diversos temas e em diversas regiões do mundo. Esses padrões acabam por aumentar os riscos e perigos aos quais os cidadãos japoneses se expõem enquanto estão no exterior. Compreendendo que proteger as vidas e os bens dos cidadãos japoneses é uma importante missão do governo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão provê assistência e implementa medidas para garantir que os cidadãos japoneses possam viver em ou viajar para outros países e se sentirem seguros.

O Ministério analisa e fornece várias informações sobre terrorismo e sequestros, acidentes, doenças infectocontagiosas que afetam grandes áreas (como a gripe causada pelos vírus H1N1 e H5N1), desastres naturais, entre outros. Ao realizar tais ações, o Ministério aumenta a conscientização entre os japoneses sobre a necessidade de gerenciar riscos, encorajando-os a

tomarem medidas de segurança por si próprios. Em conjunto com essas medidas, o Ministério continua a fortalecer e desenvolver sistemas e infraestruturas para fornecer assistência efetiva caso algum cidadão japonês fique em perigo. E além de emitir passaportes e certificados, realizar eleições no exterior e prover outros serviços administrativos fundamentais, o Ministério também provê apoio básico para japoneses que residem no exterior, dando assistência a escolas japonesas e cursos complementares, e provendo informações médicas.

O Ministério também reconhece a importância dos japoneses emigrantes e de seus descendentes, que contribuíram para o desenvolvimento político e econômico de seus países de residência, e que ajudam a construir vínculos bilaterais entre o Japão e esses países. Entendendo que a sua presença é um importante diferencial para a diplomacia japonesa, o Ministério continua a dar apoio aos emigrantes japoneses e seus descendentes em vários aspectos.

Nesses últimos anos, com o crescimento cada vez maior da globalização, é extremamente

importante que as empresas e os indivíduos japoneses sejam mais competitivos e proativos nos mercados externos, ao realizarem suas atividades econômicas. Uma das maiores tarefas do Ministério é apoiar companhias japonesas em suas operações no exterior. Especificamente, o Ministério ouve as opiniões dos empresários japoneses sobre diversos assuntos, e responde a dúvidas e solicitações das empresas. O Ministério também dialoga com diversos países sobre reformas regulatórias e melhoria do ambiente de negócios, e pede a estes países / regiões que realizem melhorias concretas.

Além disso, com o objetivo de melhorar o ambiente de negócios e reduzir a carga financeira

para as empresas e os cidadãos japoneses que operam no exterior, o Ministério estabelece marcos legais e institucionais ao concluir tratados fiscais, acordos de investimentos e de seguridade social, além de tentar promover o uso mais efetivo e a implementação dos EPAs.

Por fim, à medida que o Japão está comprometido a se tornar uma “nação baseada na propriedade intelectual”, o Ministério busca aumentar a proteção dos direitos de propriedade intelectual das companhias japonesas, por exemplo, trabalhando com outros governos em negociações bilaterais e multilaterais.

3. Fornecendo Informações ao Público e a Internacionalização da Sociedade Japonesa e de Regiões Locais

Ao implementar a política externa, é essencial o entendimento e o apoio do público. Para alcançar isso, é importante dar explicações objetivas e oportunas sobre os diversos temas relacionados à política externa e sobre o trabalho do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Assim sendo, o Ministério empreende esforços para comunicar-se com acurácia por meio de diversas mídias, incluindo jornais, TV e a Internet.

Além de coletivas de imprensa realizadas diariamente pelo Ministro ou Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, pelo porta-voz ou por outras autoridades, são disponibilizados para o público comunicados à imprensa e reproduções das declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos porta-vozes. Desde setembro de 2009, as coletivas de imprensa do Ministro e de outras autoridades estão abertas a todos os tipos de mídias, inclusive a portais da Internet e jornalistas *freelance*. Além desses meios de transmissão da informação, três assessores políticos indicados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros fazem aparições públicas tanto quanto possível na TV e em outras mídias, com o objetivo de comunicar a política externa japonesa diretamente ao público.

O Ministério também fornece informações de forma precisa e rápida por meio de seu website (<http://www.mofa.go.jp/>). Em 2009, o Ministério lançou seu próprio canal no YouTube. Por meio dessas ações, o Ministério tenta disponibilizar informações de forma que o público possa rapidamente compreendê-las. O Ministério também empreende esforços para divulgar informações a audiências internacionais, fornecendo-as em inglês em seu website e em outros idiomas, por meio dos websites das missões diplomáticas japonesas ao redor do mundo.

Outra atitude que o Ministério está tomando é a de “relações públicas baseadas no diálogo com a população”. Isso significa que o Ministério organiza palestras do Ministro dos Negócios

Estrangeiros com o objetivo de explicar ao público suas políticas e outros tópicos relevantes, de forma fácil de ser compreendida, com o uso de imagens, intérpretes de língua de sinais, etc. O Ministério também se preocupa em dedicar tempo suficiente para a realização de sessões de perguntas e respostas logo após as palestras. Entre os esforços para que o público fique familiarizado com as atividades do Ministério, estão palestras em universidades e escolas de ensino médio, e palestras específicas sobre a ajuda ao desenvolvimento. O Ministério também está trabalhando para aumentar a comunicação com o público, recebendo comentários e opiniões por meio de seu website e realizando pesquisas através de questionários.

Para prestar contas ao público, o Ministério divulga informações relevantes levando em consideração suas relações de confiança com outros países. Além de registros do pré-guerra, documentos diplomáticos do pós-guerra que tenham mais de 30 anos serão divulgados em séries pelo Escritório de Registros Diplomáticos (*Diplomatic Record Office*).

Os governos e comunidades locais possuem um papel substancial para promover as relações internacionais em diversas áreas. Nos últimos anos, governos locais, organizações e cidadãos estão ativamente engajados em várias atividades que recebem um alto reconhecimento da comunidade internacional. Tendo em vista a promoção do entendimento mútuo na esfera internacional, as relações de confiança e o fortalecimento da chamada “marca Japão”, os governos e comunidades locais atuam fortemente como importantes atores diplomáticos.

Baseado nesse entendimento, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão considera que os governos e comunidades locais são grandes parceiros na promoção da diplomacia e pretende trabalhar com eles para promover esforços

integrados de todo o Japão visando aumentar a capacidade diplomática abrangente do país. Para atingir esses objetivos, o Ministério implementa várias medidas cooperativas com os governos locais e outras partes interessadas, enfatizando particularmente (1) o fortalecimento da comunicação e do compartilhamento de informações; (2) o trabalho com os governos e comunidades locais para promover as principais políticas diplomáticas; e (3) estender a cooperação por meio de medidas internacionais realizadas por comunidades locais. Por meio dessas ações, o Ministério espera ajudar a revitalizar as pequenas regiões, e resolver os problemas que afligem os governos e comunidades locais.

Medidas para lidar de forma mais adequada com os aumento no número de estrangeiros que entram no Japão e/ou passam a residir no país também são importantes. Em 2008, o número de estrangeiros que entraram no Japão alcançou aproximadamente 9,15 milhões de pessoas, o dobro do número registrado em 1998 (aproximadamente 4,56 milhões). Os estrangeiros que permaneciam no Japão por um longo período de tempo (estrangeiros registrados) aumentou para aproximadamente 2,21 milhões no fim de 2008, cerca de 1,5 vezes mais do que em 1998 (aproximadamente 1,51 milhão).

A princípio, estrangeiros que queiram entrar no Japão necessitam ter o visto adequado para confirmar sua elegibilidade para ingressar no país. Entretanto, o Ministério concordou em isentar de vistos aqueles que entram no Japão a trabalho ou lazer, sem prováveis problemas para a entrada, e está dinamizando o processo de emissão de vistos, dado o crescente número de estrangeiros que vêm ao Japão. Enquanto isso, o Ministério realiza um controle rígido no caso de suspeita de possível emprego de imigrantes ilegais e ou possíveis violações de direitos humanos. Além disso, houve a criação de vistos para chineses economicamente estáveis desde julho de 2009.

Devido ao crescente número de estrangeiros que permanecem no Japão por um longo período de tempo, surgem diversos desafios como educação, emprego e habitação. O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão organizou um simpósio em conjunto com o governo da província de Aichi e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) em fevereiro, com o objetivo de aumentar a conscientização entre os estrangeiros residentes no Japão sobre os assuntos acima mencionados.